

D. Ferreira

F. Guimarães

COMERCIO
6 OUT 15
BARCELLOS

Álerta

(2.^A SÉRIE)

Publicação de critica social,
politica e literaria.

OUTUBRO — 1915



A

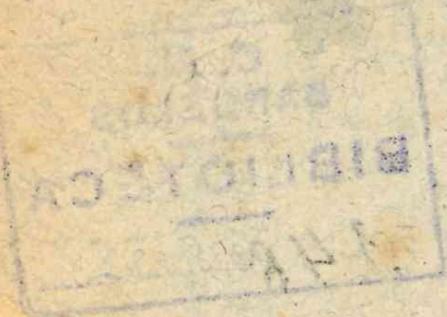
C. M. B.
BIBLIOTECA

EDIÇÃO DOS AUTORES

Campo de S. José — BARCELLOS

ires I war

autico



D. Ferreira

F. Guimarães

C. M. B.
Biblioteca

Álerta

ANALISE Á POLITICA ACTUAL

Os trabalhos do primeiro e segundo
parlamento da Republica — Incom-
petencia dos nossos governantes
— Os males que affectam a nossa
administação publica.

no 1

PREÇO, 2 CENTAVOS (20 réis)

C. M. B.
BIBLIOTECA

Composto e Impresso na
TIPOGRAFIA MINERVA de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão
Avenida Barão de Trovisqueira
FAMALICÃO

45.1/2170
C. M.
BARCELOS
BIBLIOTECA

no 3559

Alerta

ANALISE A POLITICA ACTUAL

Os trabalhos do primeiro e segundo
parlamento da República - Incom-
pletos e os seus resultados
- Os meios que existem a nossa
administração politica

PREÇO 2 CENTAVOS (20 Reis)

Publico

REVISTA

ANALISE A POLITICA ACTUAL

PREÇO 2



Analise á politica actual

O estado politico do nosso país, n'este momento de graves preocupações internacionaes, é dolorosamente triste. O país arrasta-se n'um miseravel lamaçal de ambições e n'um charco de imensos desvarios. Toda a esperança refulgente que se via brilhar nos dias que seguiram ao 5 de Outubro de 1910 desfez-se como fumo. *As desinteressadas* convicções republicanas de muitos individuos transformaram-se inesperadamente em anciosos desejos de tubarões. Aqueles que se dedicavam ás arduas profissões da industria manual, de pequenos comerciantes, de professores de ensino livre, de simples assalariados do comercio e da industria, ousaram guin-

dar-se a pretendentes a cargos publicos. A politica, que os republicanos esperavam se resumisse ás condições minimas de uma sciencia quasi nula, tomou as proporções augustas de um commercio. Quem procurava servi-la fazia-o com a intenção reservada de conseguir um emprego.

Não havia, nem ha ainda hoje, convicções sinceras, nem o desejo de ser util ao país. Havia, e ha, simplesmente, o intuito de encher o estomago. A politica nacional, como hoje mesmo, dava ideia de uma incomensuravel mangedoura. Todos n'ela queriam comer! O commercio vive mal mercê dos enormes sacrificios tributarios que o Parlamento todos os dias lhe applica. A' industria negam-se-lhe todos os meios de progredir, não se lhe facilitando a importação dos materiaes que lhe são necessarios, não estabelecendo tratados de commercio que lhe tornem menos difficil a colocação dos seus productos. A agricultura não se desenvolve porque o Parlamento não conhece meios de a tornar florescente. Todo o nosso mal-estar baseia-se unicamente n'este ponto: quasi a totalidade dos nossos ministros não tem competencia intelectual, nem conhecimentos praticos suficientes para occupa-

rem taes cargos. O autor do presente artigo foi sempre republicano. Lamenta que factos de absoluta incapacidade administrativa o conduzam ao estado de vir á imprensa apreciar-os tão desilgiosamente. Este panfleto não serve um partido: combate geralmente o mau tino e a pouca intelligencia dos homens que constituem as facções politicas portuguesas. Não se diga, pois, que nos move o espirito de sectarismo partidario. Para regenerar os costumes politicos d'um país é preciso que a opinião publica os conheça, apreciando-os com a justiça luminosa do seu criterio.

Portugal agonisa na lama. Um aglomerado enorme de ambiciosos e de parasitas quer, com os seus desatinos e maximo egoismo, chamar sobre ele uma tutela estrangeira. A ideia de uma restauração monarchica não póde conceber-se. A monarchia morreu com os seus crimes, as suas dissipações e com a cobardia fisica e moral dos seus adeptos. Mas, todavia, uma republica como a actual tambem não tem direito a viver. Ou os processos politicos e governativos mudam ou caímos miseravelmente em creados do estrangeiro. Esta situação não

póde manter-se. O país está inteirado do mal que os politicos republicanos actuaes teem practicado não querendo ver a urgente e inadiavel precisão de uma carreira administrativa sensata e pratica.

*

O primeiro parlamento da Republica distinguuiu-se pela hesitação dos seus actos e pela pouca experiencia que os homens que o constituíam tinham, ainda, dos lugares que ali occupavam. O país esperava mais d'esses homens. Contava com medidas excepçionaes e energicas que terminassem de uma vez para sempre com a criação de conezias para afilhados politicos, com a extincção radical de accumulção de empregos, com a refórma extemporanea do funcionalismo publico e do exercito, com a diminuição de contribuições publicas, com a deposição, emfim, de todos os males evidentes que dificultam a vida de todas as classes que vivem da labuta permanente. Nada d'isso se fez.

Tentou tirar-se ao clero a importancia politica e exageradamente catolica que ele exercia, mas ofereceu-se-lhe uma pensão — não olhando

para os milhares de contos de réis que ele tem sugado ao país, indevidamente, visto ser uma classe que nada produz e ter dificultado em todas as fases mais importantes da vida nacional o seu progresso e o seu socego interno.

D'esse primeiro parlamento republicano, em que, aliás, havia algumas capacidades intellectuaes dignas de admiração, nada mais saíu que satisfizesse a opinião republicana e todos aqueles cidadãos que se interessavam pela mudança de orientação politica até ali seguida pela monarquia.

A vida politica do país foi decorrendo, mudando ministerios sucessivamente, até cair na chamada ditadura Pimenta de Castro. Este ministerio foi como o parlamento actual: nada fez de util e pratico. Limitou-se a demitir funcionarios publicos que lhe não eram affectos para os substituir por criaturas avidas de empregos, sem convicções politicas definidas, sem um passado que dêsse ao país garantia de que a substituição realisada lhe era valiosa. Esta ditadura representa uma afronta feita ao regimen republicano. Ao fim de quatro anos de Republica rasga-se a Constituição, tal qual como

a monarquia fizera á sua Carta Constitucional. Substituiu-se um regimen velho por um mais moderno, mas os ataques aos principios constitucionaes do país repetiram-se sem o mais pequeno respeito pela Liberdade e pela Lei. Se ao menos os actos d'esta ditadura trouxessem algum bem á Patria atenuar-se-ia, pelo bem que fizera, o seu nenhum respeito pela lei basilar do país. Mas não!

As suas acções vacilantes e por vezes injustas são mais um depoimento exacto de que nos falta o mais rudimentar conhecimento para nos administrarmos. As medidas adoptadas por esse governo são, como já dissemos, a demissão de funcionarios publicos que lhe eram desafeiçoados e a liberdade de reunião colectiva publica dos adeptos da monarquia, liberdade que resultou em repressão depois das manifestações provocantes e ameaçadoras que esses monarquicos exhibiram.

Convém aqui notar que esse resultado foi previsto por toda a gente inteligente menos pelo governo. Medidas de utilidade publica, nenhuma. Em resumo: este governo tentou criar clientela, não sabendo governar. Do vergo-

nhoso apoio dado a este governo pelos partidos dos srs. Antonio José d'Almeida e Brito Camacho resalta a flagrante e indecorosa ineptia d'estes dous politicos, tão vãos de intelligencia administrativa como ricos de habilidades electorais. Para estes politicos a Lei é o grande numero de deputados, sem escolha de categoria intellectual, e fartos empregos publicos para alimentar o poderio politico.

A deposição do governo Pimenta de Castro é a causa do 14 de Maio, a lamentavel revolução entre republicanos irmãos, a maior carnificina feita no tempo da Republica e que veio dar origem a um mal ainda mais grave — A constituição de um governo quasi democratico e o parlamento actual.

O governo e o parlamento são, como toda a gente sabe, constituídos por bachareis, funcionarios publicos, jornalistas e tres ou quatro homens que pertencem ás classes que enriquecem o progresso do país, isto é, o commercio, a industria e a agricultura.

Dos homens que formaram o governo, logo após o 14 de Maio, saíu o sr. Paulo Falcão, individuo intelligente, culto e com conhecimentos praticos no que se refere a factos dependentes do ministerio da Justiça.

A permanencia d'este homem publico no ministerio foi breve. Não convinha lá. E' irascivel e por vezes intratavel, mudando de bom para mau humor repentinamente — dizem aqueles democraticos incondicionaes que systematica e inconscientemente apoiam todos os actos que o seu partido realisa. A verdade, porém, deve ser outra. Homens da categoria intellectual do snr. Paulo Falcão, com o seu temperamento independente e pratico, não serviam para se solidarisar com a pratica de actos platonicos que nem ideias encerram. No nosso país houve sempre a monomania de escolher para ministros bachareis — criaturas diplomadas apenas, que desconhecem as mais rudimentares questões que interessam o bem estar e o progresso nacional.

Os homens que dentro das suas casas comerciais, industriais e agricolas teem dado provas de uma administração rigorosamente inte-

ligente e util não servem para ministros. Para ser ministro é necessario ser politico ou bacharel. Conhecimentos absolutamente praticos da vida nada valem á vista d'um diploma conseguido em Coimbra á custa de uma boa memoria. D'aí resulta todo o nosso mal. O ministério d'hoje é um complemento do actual parlamento. Favoreceu-se n'esta sessão legislativa o funcionalismo publico. Aumentaram-lhe os seus ordenados, não lhe agravando o excesso de trabalho. Nada faz o funcionalismo mas ganha muito dinheiro, que, para ele, é o essencial. Crearam-se logares novos. Quem vae occupal-os — os bachareis. O parlamento é, pois, uma fabrica de nichos rendosos. A base d'este defeito grave na nossa vida publica é elegerem-se deputados que andam á procura de um logar á meza do orçamento. O primeiro degrau para conseguir uma comissão do Estado é ser deputado; segundo, para uma optima colocação, é ser governador civil.

Esta administração não nos serve! Uma grande parte dos Governadores Civis substitutos, como acontece em um distrito do norte, são criaturas sem categoria moral, nem intele-

ctual. São cretinos e parvos. Não nos incita más vontades pessoaes contra ninguem. Os factos vêm-se. O parlamento é uma nova ditadura com o rotulo da Lei. Quem elege os deputados não é o povo: é o Directorio, é o chefe do partido, é o influente politico, é o cacique e, até, em alguns circulos, é o abade. Orientação politica nova, moderna, util, não. A politica é e será sempre a mesma. Como os carros electricos que se inutilisam com a acção do tempo ou com o uso, a politica segue sempre o mesmo trilho. As classes proletarias, os commerciantes, os industriaes, os agricultores, vivem cada vez peor. Os generos de consumo geral, as subsistencias todas, custam mais caras. O governo faz um Congresso em que trata d'esse assunto. Que saíu d'esse congresso, que o parlamento, pela voz maguada de alguns dos seus membros, anatamisou como uma descen-tralização parlamentar? Os generos encarecem mais e a tentativa de um monopolio confiado á manutenção militar!

Isto é o cumulo da falta de senso administrativo. O espalhafatoso talento dos nossos homens publicos redundando n'isto que fica escripto.

Um deputado pede a redução das horas de trabalho para o pessoal assalariado. E' isso legislado e posto em vigor com facilidade. Mas de que serve isso? Toda essa gente passa fome porque os salarios não aumentaram e os empregos que não dependem do Estado são poucos comparados com a infinidade de pessoas que estão desempregadas. De fórma que os nossos legisladores preocupam-se com a diminuição de horas de trabalho, mas não conhecem um meio de minorar a situação economica que conduz á tuberculose o pobre proletariado. Faz o parlamento tratados de comercio que nos favoreçam? Não faz! Quando outro país os propõe adia-se o seu estudo indefinidamente, como acontece com o tratado com a Espanha. Viveremos eternamente n'esta situação? Decerto, emquanto os nossos governos e o parlamento forem organizados por funcionarios publicos e bachareis — uns a comerem á custa do trabalho do contribuinte e outros prestes a isso. Os nossos governantes—ministerio e parlamento— não vivem com o povo, porque as suas posições sociais os afastam da convivencia com classes que não vistam fraque e chapéu de coco. Origi-

na esse afastamento da convivencia indicada o facto de aquelles não conhecerem as necessidades populares. O resultado, prevê-se, e, o que é peor, vê-se. Emquanto as classes menos uteis ao paiz vivem na abundancia as classes produtoras labutam miseravelmente castigadas com contribuições, cujo produto serve para crear empregos, e não sentem na sua vida geral o mais pequeno beneficio dispendido pelo Estado. Esta enormissima desigualdade na vida economica é a morte do paiz. O funcionalismo publico e o exercito — o cancro roedor que nos aniquila, vive na opulencia. Não vêem o mal do país porque nada lhes falta ao estomago. E o povo, a eterna besta de carga, passa fome, trabalha sucessivamente, vendo sempre no seu futuro a enxerga do hospital ou o asilo de Beneficencia. E o governo e o parlamento o que fazem para extinguir este mal?

Além do aumento de ordenados áqueles funcionarios que já viviam com remuneração mais que sufficiente, com acrescimo de contribuição, tenta criar no Porto outra escola de Direito, outra fabrica de bachareis d'onde em breves anos sairão centenas de pretendentes a no-

vos encargos publicos, a novas imposições politicas, exagerando, então, talvez de uma fórma irremediavel, o concerto da nossa triste situação financeira.

Parece que os nossos governantes resolveram legislar a realização de medidas que nos prejudicam. Para que nos servem tantos bachareis? Pois não o é já quasi toda a gente? Não bastarão estes que existem para representarem um perigo á bolsa do constituinte? Porque não cria o governo escolas tecnicas, em abundancia? Porque não propõe a auzencia do Parlamento aos deputados que alvitram o agravamento de preço nas propinas de alunos para as mesmas escolas, como aconteceu n'esta memoravel sessão legislativa, tão fertil em medidas d'esta natureza e tão avara na aprovação de leis que algum interesse trouxessem para o país?

F. G.



Handwritten mark or signature, possibly a stylized letter or symbol.

Vertical handwritten text or signature, possibly a name or date, written in a cursive or calligraphic style.



C.M.B.
Biblioteca

Le...

Chyres
bucess *Ma...*
bucess



bucess

